

A IMPORTÂNCIA DA LINGUAGEM ESCRITA EM UMA SOCIEDADE COMPETITIVA

*José Rodrigues de Souza**

Resumo

Pode-se afirmar que há razões históricas para a excessiva valorização da língua escrita. Ao longo dos séculos, o poder da palavra escrita torna-se um elemento fundamental para a sobrevivência e continuidade da civilização. A língua constitui o principal instrumento de sobrevivência do ser humano. O exercício da linguagem é a própria materialização da existência do homem. A construção da cultura humana só se torna realidade com o trabalho e permanece na memória de gerações e de sociedades graças à ação concretizadora/transformadora da língua escrita.

Palavras-chave: Poder da palavra escrita; Civilização; Trabalho.

Introdução

A linguagem provoca discussões lingüísticas, filosóficas e sociológicas, causando disputa entre os indivíduos; para uns, ela não passa de um simples meio de entretenimento, para outros, ela é mais do que um simples modo de falar. Na realidade, a linguagem oral ou escrita é um instrumento que auxilia na ascensão social e profissional do ser humano.

Relação coisa e palavra

O pensamento antigo preocupava-se mais com as coisas, com o realismo. Já o pensamento atual interessa-se mais pelas palavras, isto é,

* Mestre em Educação pelo Centro Universitário do Triângulo (Unit), especialista em Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e professor da Faculdade Anhangüera de Ciências Humanas (Fach). (souzaderodrigues@yahoo.com.br)

dá ênfase à linguagem para falar das coisas – é preciso começar por... falar (Austin, 1990). É necessário, portanto, conhecer as regras do falar, até para que se possa falar das coisas.

A expressão “coisas” representa tudo que existe ou pode existir na natureza e no universo. Assim, “coisas” são os seres animados e os inanimados, os objetos, os pensamentos, os fatos do mundo real e do mundo imaginário.

Como é que o signo se refere a outra coisa que não ele próprio? Como é que o signo é a expressão dessa coisa permitindo-se referir-se a ela e identificá-la? Segundo Paul Ricoeur (1978), a fenomenologia tenta resolver o paradoxo central da linguagem – a linguagem não é a primeira, nem autônoma, mas é a expressão segunda de uma realidade, quer dizer, existe uma apreensão anterior à linguagem (antepredicativa) e se deve servir dela. Por meio da linguagem, referimo-nos à sua dependência a uma apreensão (anterior) do real. Volta-se a afirmar: a linguagem não é a primeira forma de expressão; porém, por seu intermédio refere-se ao não-lingüístico.

De acordo com o pensamento de Benveniste (1989), o grande problema filosófico que a Lingüística estava deixando de lado era o símbolo, a simbolização e a relação entre o mundo das palavras e o das coisas.

Na verdade, a ciência lingüística não consegue esgotar a questão da mediação entre o homem e o mundo, entre o homem e o homem. Existe o problema filosófico da mediação e, ao mesmo tempo, o da capacidade humana de simbolizar e de o signo ser um meio de comunicação simbólica do homem com o mundo e com os outros homens. Não há relação natural, imediata e direta entre o homem e o mundo, nem entre o homem e o homem. Um intermediário faz-se necessário. Esse intermediário torna possíveis o pensamento e a linguagem, o símbolo, a comunicação, a mediação.

Falando em símbolo, cabe aqui se referir ao caráter de plenitude dos símbolos e à oposição entre símbolo e signo. O primeiro caráter da função do signo – ou função semiótica – é arbitrário da convenção que liga o significante ao significado. Ao contrário, o símbolo tem por característica o fato de jamais ser completamente arbitrário. Ele não é vazio, há sempre um rudimento de relação natural entre o significante e o significado.

Pode-se dizer, em concordância com Ricouer (1978), que o símbolo leva a pensar. Essa sentença apresenta dois significados: não se põe o sentido, o símbolo dá o sentido; o signo constitui o pensar do que pensar.

A sentença sugere, pois, ao mesmo tempo, que tudo já está dito em enigma e que, contudo, é preciso sempre começar e recomeçar na dimensão do pensar. Essa articulação de pensamento dado a si mesmo, no reino dos símbolos e do pensamento posicionante, gostaria de surpreender e compreender.

Bordenave (1991, p. 36) afirma que “o símbolo nasce da necessidade que temos, os humanos, de partilhar com os outros o que pensamos e sentimos”.

Os seres humanos, portanto, sentem necessidade de utilizar ou de empregar alguma coisa que intermedeie uma mente e as demais. É esse o papel do símbolo: tomar o lugar de algo que está na mente ou no sentimento, tornando visível e público o que é privado em cada um. O símbolo é a representação observável e tangível de uma idéia intangível.

Embora os signos sejam numerosos e importantíssimos, o mundo deles é apenas uma pequena categoria em um mundo maior. Os símbolos representam as idéias complexas (a paz, o cristianismo, o amor, o comunismo, a democracia, a igualdade, a liberdade); já os signos são qualquer coisa, ou estímulo físico, de que se utiliza para representar objetos, qualidades, idéias ou eventos (coisas). Portanto, são signos as palavras, os sinais de trânsito, os gestos, os desenhos e figuras, as fotografias e pinturas, os mapas, os planos de construção, as peças musicais, os cartazes luminosos, as siglas, os logotipos e tantos outros.

No processo de comunicação entre as pessoas, encontram-se dois mundos de experiência vivida. E os signos intermedeiam esses mundos. A comunicação é possível quando as pessoas têm experiências prévias com os mesmos objetos (coisas) ou com as representações desses objetos, que são os conteúdos concretos apreendidos pelos sentidos, pela imaginação, pela memória ou pelo pensamento dos comunicantes. As pessoas, na comunicação, ligam os mesmos objetos aos mesmos signos.

Michel Foucault (1990, p. 56) afirma que “saber consiste, pois, em referir a linguagem à linguagem. Em restituir a grande planície uniforme das palavras e das coisas. Em fazer tudo falar”.

De acordo com o pensamento de Foucault (1990), pode-se afirmar que há no extremo da linguagem uma certa relação com as coisas, a qual

é de natureza totalmente diferente da forma proposicional. Se, no fundo de si mesma, a linguagem tem por função nomear, fazer nascer uma representação ou mostrá-la com o dedo, ela é, na realidade, indicação e não juízo. Assim, também pode-se dizer que a linguagem liga-se às coisas por uma marca, uma nota, uma figura associada, um gesto que designa: nada que seja redutível a uma relação de predicação. Portanto, o princípio da nomeação primeira e da origem das palavras equilibra a primazia formal do juízo. É como se houvesse o ser em seu papel de atribuição e houvesse a origem em seu papel de designação primeira, o constante substituir por um signo aquilo que é indicado, o ligar um conteúdo a outro. As duas funções – de liame e de substituição –, também, encontram-se em mútua dependência.

A relação linguagem (palavra) e coisa é expressa pelo homem, no processo comunicativo, por meio da oralidade e/ou da escrita. Nesse processo comunicativo, reconhecem-se a importância e o privilégio do texto como obra de linguagem. O texto exprime a linguagem, que exprime a existência.

A questão da não-neutralidade da fala

Quando se fala da relação palavras e coisas, de certa forma, diz-se da não-neutralidade da palavra ou da fala. Na realidade, falar uma língua é engajar-se em uma forma de conduta governada por códigos. A fala não é neutra, nem inocente, tampouco igualitária. No ato de falar e/ou de escrever, há também uma hierarquia de outros atos em conformidade com regras que constituem as formas de conduta no uso de uma mesma língua.

Segundo Wendell Johnson, apud Schaff (1968, p. 107), “o ponto crucial a ser considerado no estudo do comportamento da linguagem é a relação entre linguagem e realidade, entre palavras e não-palavras”. Nessa relação com a realidade, fica claro que a linguagem não é usada somente para veicular informações (o que seria a caracterização da neutralidade). Ou seja, a função referencial denotativa da linguagem não é senão uma dentre outras; por exemplo, ocupa uma posição central a função de comunicar ao ouvinte a posição que o falante ocupa de fato ou acha que ocupa na sociedade em que vive (o que seria uma forma de não-neutralidade da linguagem e das palavras).

Não há como falar da não-neutralidade da palavra ou da linguagem sem se referir ao signo e à ideologia. A referência à ideologia não é apenas no sentido político ou social, mas como ciência da formação das idéias; sistema que considera as idéias em abstrato, e até mesmo como sistema filosófico. Fiel a essa concepção, não é possível afastar do estudo das ideologias o estudo dos signos, e a questão do signo se prolonga na questão das ideologias que, por sua vez, constituem a ciência da formação das idéias, tratando-se de um conjunto articulado de idéias, valores, opiniões e crenças. Há entre signo e ideologia uma relação de dependência tal que leva a crer que só é possível o estudo dos valores e idéias contidos nos discursos, atentando para a natureza dos signos que os constroem. Os recursos retóricos, por exemplo, que entram na organização de um texto não são, em verdade, meros recursos formais, jogos, visando a embelezar a frase; ao contrário, o modo de dispor o signo e a escolha de um ou outro recurso lingüístico revelam múltiplos comprometimentos.

Como ocorre uma relação entre signo e ideologia? Por exemplo, um objeto faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico ou não, instrumento de produção e/ou de produto de consumo material ou intelectual; reflete e retrata, além da realidade concretizada (interior), uma outra realidade, que lhe é exterior. Essa outra realidade existe concomitantemente com a realidade (interior) do signo, que cria a relação entre signo e ideologia.

Se o signo interage com a ideologia, ele interage também com a palavra; daí se poder afirmar que a não-neutralidade é uma das características fundamentais da palavra.

A construção da cultura pelo trabalho e pela palavra

Freire (1992, p. 65) declara que “o homem, como um ser de relações, desafiado pela natureza, a transforma com o seu trabalho; e que o resultado desta transformação, que se separa do homem, constitui seu mundo. O mundo da cultura que se prolonga no mundo da história”.

O homem, de que fala Freire, sentindo-se em um mundo aparentemente hostil, busca moldá-lo para que possa usá-lo. Para isso acontecer, entretanto, é necessário vencer barreiras, dificuldades várias: intempéries climáticas, doenças, pestes, conflitos políticos, econômicos e religiosos, as longas distâncias, as dificuldades de comunicação, o

transporte precário. Na tentativa de vencer esses desafios e outros mais, o homem usa o seu esforço físico, psicológico e intelectual para adquirir experiências, criar técnicas, acumular tecnologias e desenvolver atitudes científicas que tornem o mundo humanizado. E o homem faz essa transformação com o seu trabalho: físico, intelectual e comunicativo.

Citar o trabalho comunicativo é uma referência que se faz ao uso da palavra, pois não seria possível ao homem transformar a natureza, interferir na natureza do mundo, sem o uso da palavra. Para o homem modificar, transformar o mundo, criando o seu mundo de cultura deve também cultivar palavras. Ao angariar experiências para formar seu acervo cultural, o homem busca a experiência anterior da fala a fim de que, em palavras, possa registrar o mundo de cultura que se prolonga no mundo da história humana.

O homem vê-se obrigado a vencer obstáculos, no campo da Física, da Biologia, da Anatomia, da Química, da Sociologia, da Filosofia e outros tantos, formando a historicidade científica, no trabalho árduo de transformar o mundo; também a palavra tem a sua historicidade, a historicidade da linguagem, que Foucault (1990) chama de anatomia da linguagem.

A historicidade da linguagem toma um novo impulso a partir do século XIX, quando o estudo sobre a linguagem desenvolve uma história própria, com leis e objetividade próprias. Transforma-se em um objeto do conhecimento, dentre tantos outros, como os seres vivos, as riquezas e o valor, convivendo ao lado da história dos acontecimentos e dos homens. A linguagem contém conceitos próprios, porém, as análises que incidem sobre ela são enraizadas no mesmo nível de todas as que concernem aos conhecimentos empíricos.

Foucault (1990) afirma que o nivelamento da linguagem, que a reduz ao puro estatuto de objeto, acha-se, entretanto, compensado de três maneiras: a mediação necessária, o valor crítico que se empresta ao estudo e, por último, o aparecimento da literatura.

Assim, a primeira maneira de compensar o nivelamento da linguagem deve-se ao fato de ser ela uma mediação necessária para todo o conhecimento científico que se pretende manifestar como discurso. Nesse caso, a linguagem é conteúdo da cultura e, ao mesmo tempo, instrumento da expressão da própria cultura. Mesmo sendo ela própria disposta, desdobrada e analisada sob o olhar de uma ciência, ressurge sempre do

lado do sujeito que conhece, desde que se trate, para ele, de enunciar o que sabe. Daí nascem preocupações que foram constantes no século XIX. Uma delas refere-se a querer neutralizar e polir a linguagem científica a tal ponto que, desarmada de singularidade própria, purificada de seus acidentes e de suas impropriedades (como se não pertencessem à sua essência), se tornasse o reflexo exato, o duplo meticuloso, o espelho sem nebulosidade de um conhecimento que não é verbal.

A segunda maneira, como já se disse, é justamente o valor crítico que se empresta ao seu estudo. Tornada realidade histórica, a linguagem constitui o lugar das tradições, dos hábitos mudos do pensamento, do espírito obscuro dos povos; acumula uma memória fatal, que não se conhece nem mesmo como memória. Expressando os seus pensamentos em palavras de que não são conhecedores, alojando-as em formas verbais cujas dimensões históricas lhes escapam, crendo que seus propósitos lhes obedecem, os homens não têm conhecimento de que são eles que se submetem às suas exigências. Na realidade, a Filologia burla a verdade do discurso; por isso, a necessidade de remontar as opiniões, as filosofias e talvez mesmo as ciências até as palavras que as tornaram possíveis e até um pensamento cuja vivacidade não esteja ainda presente na rede das gramáticas.

A linguagem retomou a densidade enigmática que tinha no Renascimento. No entanto, não se trata agora de reencontrar uma fala primeira que aí estivesse enterrada, mas de inquietar-se com as palavras que falamos, de denunciar o vinco gramatical das idéias, de dissipar os mitos que animam as palavras, de tornar de novo ruidosa e audível a parte de silêncio que todo discurso arrasta consigo, quando se enuncia.

A última das compensações ao nivelamento da linguagem, o aparecimento da literatura, é a mais importante. Não que ela não existisse, pois, desde os tempos mais antigos, desde Dante, desde Homero, existiu realmente uma forma de linguagem que atualmente a sociedade, o mundo da cultura denominam literatura. A palavra “literatura” é de recente data; também é recente na cultura o isolamento de uma linguagem singular, cuja modalidade própria é ser literária. É interessante observar que a literatura constitui a contestação da Filologia, de que é, no entanto, a figura gêmea: a literatura reconduz a linguagem da gramática ao desnudado poder de falar, e lá encontra o ser selvagem e imperioso das palavras.

Santos (1994, p. 35) afirma que

cultura pode, por um lado, referir-se à alta cultura, à cultura dominante e, por outro, a qualquer cultura. No primeiro caso, cultura surge em oposição à selvageria, à barbárie; a cultura é então a própria marca da civilização, ou ainda, a alta cultura surge como marca das camadas dominantes da população de uma sociedade; opõe-se à falta de domínio da língua escrita, ou à falta de acesso à ciência, à arte e à religião daquelas camadas dominantes. No segundo caso, pode-se falar de cultura a respeito de qualquer povo, nação, grupo ou sociedade humana. Consideram-se como cultura todas as maneiras de existência humana.

Como se pode observar, quando se refere a uma cultura dominante ou a qualquer cultura, há uma tensão. E essa tensão permanece, sendo explicada, em parte, pela multiplicidade de significados do que venha a ser cultura. As preocupações com a cultura orientam-se pelas duas concepções básicas citadas por Santos (1994): ou tratam da totalidade das características de uma realidade social, ou se referem ao conhecimento que a sociedade, povo, nação ou grupo social têm da realidade e da maneira como expressam esse conhecimento.

Também é importante dizer que a cultura inclui o estudo de processos de simbolização, ou seja, de processos de substituição de uma coisa por aquilo que significa, os quais permitem que uma idéia expresse um acontecimento, descreva um sentimento ou uma paisagem; ou então que a distribuição de pessoas em sala, durante uma conversa formal, possa expressar as relações de hierarquia entre elas. Assim, observa-se que as idéias de uma divindade única podem ser vistas como significando a unidade da sociedade; as brincadeiras infantis tradicionais de uma sociedade podem mostrar a presença simbólica de mecanismo de competição e hierarquia do mundo dos outros.

Não se pode negar que a cultura é palavra vivida com sentido, ou mesmo, é o sentido da vida. A vida cultural manifesta-se em várias experiências, porque a cultura, ou o mundo cultural, não é apenas o conjunto dos tópicos atuais, com o sentido que atualmente têm, mas o horizonte de possibilidades, de outros sentidos que também o mundo poderia ter, ou que lhe poderia ser dado.

Em termos filosóficos, diz-se que a cultura é a articulação do sentido; ou, se quiserem, é o sentido articulado. O objetivo aqui é insistir na ação de articular, ou na articulação se fazendo; sentido articulado designa o aspecto estrutural do todo resultante da articulação semântica.

Pode-se dizer que a articulação tem várias conseqüências. Uma delas é que o sentido de um tópico tem a ver com o sentido dos outros. Por isso mesmo, a apreensão do sentido global, a compreensão, acha-se em razão da maneira como o sentido se articula. O ato de compreender é apreender o todo, é apreender o sentido como articulado, pois sem articulação não há compreensão.

Abordando a cultura por um outro ângulo, o da qualificação pessoal, pode-se dizer que ela é um fenômeno da esfera das pessoas, ou melhor, dos sujeitos. Na verdade, os sujeitos tanto podem ser individuais quanto coletivos. A questão da subjetividade não se elimina, quando se elimina o individualismo. Uma coisa é a questão da subjetividade, outra a do individualismo e mesmo do subjetivismo.

A questão do sentido da cultura é pessoal, social, de mundo e histórica. Por tudo isso pode-se falar, progressivamente, de um discurso histórico. O que é a história? É um sentido vivido. Quiçá, mais precisamente ainda, é o sentido do vivido, evidentemente, com outras características que não as meramente lingüísticas: não é um encadeamento de palavras, mas de eventos, situações e acontecimentos que, por sua vez, se transformam na constituição do sentido. Comparando as diversas formas do discurso, pode-se dizer que os acontecimentos, no discurso histórico, desempenham o papel da palavra no interior do discurso falado.

A escrita e seu mundo

Se a cultura se faz pelo trabalho e pela palavra, a palavra materializa-se na escrita. E a linguagem escrita sucede à linguagem oral. Não há como negar a importância da escrita para a civilização humana, quer em suas conseqüências positivas ou negativas.

Penteado (1980, p. 215) afirma que

nas civilizações primitivas, a memória individual era a única maneira de conservar a palavra. Essa memória individual impregnava-se da memória social feita das tradições e costumes, os quais se

transmitiam através de lendas. Era a civilização mítica, cuja estrutura devia-se a fórmulas, segredos e magias propiciados pela palavra falada.

Como se pode notar, mediante a afirmação de Penteadó, a fala e a memorização eram as guardiãs da cultura de todos os povos, de todas as sociedades.

Com a invenção da escrita, abre-se uma nova fase mental e cultural para o homem, para a humanidade. Com a escrita, não se pode dizer que desaparece totalmente o mundo mítico da Pré-História, mas a humanidade passa a contar com uma opção fundamental na conservação e propagação da sua cultura. A escrita consolida e materializa a palavra, e foge do homem o jogo da tradição oral para a nova autoridade da letra.

Em seus primórdios, a escrita pictórica é considerada mágica; os sinais são de origem divina, e o que significam só pode se revelar aos iniciados. A palavra de Deus vem gravada nas tábuas da lei. Os sacerdotes são os primeiros letrados, capazes de ler e interpretar as palavras escritas por inspiração divina.

Os Vedas, a Bíblia, o Talmud e os livros sagrados de todas as religiões são remanescentes desse período secreto da escrita, quando escrever era restrito privilégio de alguns, os mesmos que também eram os únicos capazes de ler.

Com a invenção da imprensa, no século XVI, a escrita oferece aos homens o acesso direto a uma nova realidade: a realidade dos fatos, segundo a visão dos homens letrados, das classes dominantes, motivando violentas guerras religiosas (consequência negativa), assim que a Bíblia é traduzida na Europa. A humanidade vive, nos últimos tempos, a civilização da palavra escrita, que veio dar uma nova e revolucionária dimensão à palavra falada, transmitida oralmente por tradição.

Assim como a palavra falada precisa o pensamento e facilita a memória, a escrita, além de fixar e conservar a linguagem, permite ao sujeito pensante uma atividade introspectiva e uma reflexão sobre o mundo objetivo que o cerca. Porém, a escrita é apenas um – possivelmente, o mais perfeito e menos obscuro – dentre inúmeros outros sistemas de linguagem visual: mímicas, gestos, códigos de sinais e outros.

Com o passar do tempo, a escrita ganhou em precisão e possibilitou à humanidade grande progresso, o que aconteceu quando o homem

percebeu que poderia substituir a imagem visual (desenhos, mímicas, gestos, códigos de sinais...), até então usada por ele para comunicar-se, pela linguagem sonora, representada por sinais gráficos que possibilitam a formação de palavras. O uso da escrita em substituição a outros sistemas de linguagem (não todos, mas grande parte deles) provoca uma consequência positiva na história da humanidade – acelerar o progresso cultural, tecnológico e científico.

A escrita constitui um instrumento que auxilia o homem a se comunicar, em seu relacionamento social; constitui, também, um elemento de identificação da posição social de seu usuário, como de dissimulação de discursos em suas mais variadas correntes ideológicas. É por isso que Bourdieu (1996, p. 42-43) afirma:

A escrita abole as determinações, as sujeições e os limites que são constitutivos da existência social: existir socialmente é ocupar uma posição determinada na escritura social e trazer-lhe as marcas, sob a forma, especialmente, de automatismos verbais ou de mecanismos mentais, é também depender, ter e ser tido, em suma: pertencer a grupos e estar encerrado em redes de relações que têm a objetividade, a opacidade e a permanência da coisa e que lembram sob a forma de obrigações, de dívidas, de deveres, em suma, de controles e de sujeições.

A ligação da escrita com o poder pode ser observada nas línguas européias, nas quais essa associação se deu nas cortes de príncipes, bispos, reis e imperadores. O uso jurídico das variedades lingüísticas foi também determinante para fixar uma forma escrita.

A relação das línguas com o poder também estabelece uma associação entre uma determinada variedade lingüística e a escrita; é o resultado histórico indireto de oposições entre grupos sociais que eram e são usuários (não há necessidade de ser falantes nativos) das diferentes variedades. Com a emergência política e econômica de grupos de uma determinada região, a variedade usada chega mais ou menos rapidamente a ser associada de modo estável com a escrita, pois associar uma variedade lingüística à comunicação escrita implica iniciar um processo de reflexão sobre tal variedade e um processo de elaboração da mesma. Por isso, Gnerre (1998, p. 8) afirma: “Escrever nunca foi e nunca vai ser

a mesma coisa que falar: é uma operação que influi necessariamente nas formas escolhidas e nos conteúdos referenciais”.

Do ponto de vista de sua aprendizagem, a língua oral e a língua escrita apresentam dificuldades de natureza distinta, que por si relegam a um segundo plano a questão relativa à sua natureza.

Em relação à sua natureza, é importante frisar que a escrita atua como complemento da oralidade, cumprindo determinadas atribuições que se situam além da comunicação a distância que permite explicar características implicadas por essa mesma distância: a fixidez e a tendência monológica do discurso escrito. Assim, a primeira característica é confirmada como requisito primordial para preservação do texto no percurso produtor–receptor; a segunda decorre das condições peculiares da produção da escrita em que a manifestação do receptor–ouvinte é virtual e atua na condição de um interferente apenas pressuposto ao discurso produzido pelo locutor das propriedades inerentes à escrita.

Mediatizada por estratégias mais tensas e sistemáticas de aprendizagem, a escrita apresentou-se e apresenta-se profundamente marcada por sua assimilação pelas camadas sociais que, por causa das condições de prestígio, mais a manipulam. Ainda, como quase exclusiva das camadas favorecidas por processos particulares de educação, a escrita guarda, não por essência, mas por razão estratégica, marcas dessas mesmas camadas. Convém salientar que a apropriação da escrita por segmentos sociais favorecidos instituiu, ao longo do tempo, o próprio sistema de referências para sua aprendizagem.

Pode-se ainda dizer que aprender a ler e a escrever não corresponde simplesmente à aquisição de um novo código ou muito menos ao simples desenvolvimento de um tipo de percepção, por meio do acréscimo de uma nova habilidade. Aprender a ler e a escrever significa também ter acesso a um mundo distinto daquele em que a oralidade se instala e se organiza: o mundo da escrita não é o simples registro das manifestações orais, já que ele institui, para os falantes de uma mesma comunidade, territórios privilegiados, muitas vezes ocultos sob a forma de enigmas, verdadeiros documentos esotéricos.

Graças à sua característica peculiar, a escrita acaba exercendo uma grande influência no mundo da comunicação, o que se explica porque o mundo da linguagem aparece melhor no texto escrito do que na linguagem oral. Quando alguém fala, há o som, o timbre, a presença

física, os sujeitos e suas intenções. Essas *coisas* todas acabam por desviar do sentido do signo puro. Já na palavra escrita isso não acontece, pois o texto se objetiva e se torna autônomo, mesmo em relação a seu próprio autor.

Não há dúvida de que o escrito representa uma realidade lingüística. Ora, pela linguagem o homem possui um mundo e não apenas um meio ambiente, o que mostra que, na realidade, o que faz uma língua não é sua gramática, nem mesmo seu léxico, mas o seu poder de fazer falar o que é dito na tradição.

Por isso, pode-se afirmar: o que está em questão é a riqueza semântica do texto, porque há nele um mundo que não é apenas o do texto, no sentido estruturalista, mas um mundo histórico, o mundo da tradição. O texto insere-se na continuidade do discurso histórico. Portanto, o que dá sentido ao texto começa por ser o seu mundo, com o qual se estrutura, mas a estrutura é fator de articulação semântica tanto na permanência (sincrônica), como na transformação (diacrônica) do discurso histórico.

Ainda se referindo à noção de distância, é necessário que se reafirme a sua importância. A importância da noção de distância dá-se por um texto ser sempre distante. Primeiro, porque o autor é um outro e não está sempre presente. Segundo, o autor pode ser de uma outra época, de uma outra língua, de uma outra cultura. Há sempre uma distância que não ajuda a compreensão. O leitor começa sempre por não compreender. O escrito é, por excelência, o instrumento do distanciamento. E, na proporção do distanciamento, ele é também, por excelência, o objeto da hermenêutica, a reclamar, a provocar uma reapropriação do sentido. Sempre, é claro, na pressuposição de que haja sentido.

Portanto, repensando o que foi dito em relação à escrita, pode-se afirmar que há razões históricas para a excessiva valorização da escrita, sobretudo da escrita culta, em prejuízo da oralidade; o fato é que, ao longo dos séculos, a humanidade (grande parte) transformou-se em uma civilização grafocêntrica, que tem no poder da palavra escrita um elemento fundamental para sua sobrevivência e continuidade (sem menosprezar outros meios de comunicação).

Assim, não possibilitar ao aluno um bom domínio da linguagem escrita formal pode-se tornar um ato discriminatório. Uma das consequências dessa discriminação é, no mínimo, a formação de um

profissional deficiente em uma das habilidades fundamentais para o desempenho satisfatório (em qualquer área), que é a habilidade de usar a linguagem de prestígio diante da sociedade detentora do poder econômico, político, social e cultural. Não se pode esquecer, a cultura de um povo como nação e como humanidade não se faz sem trabalho e sem palavras, pois as palavras formam a linguagem, que é o elemento articulador do progresso de toda cultura. No entanto, a língua oral ou escrita só constitui elemento articulador de progresso na vida de alguém, se esse alguém dominar todas as suas variáveis.

Considerações finais

É importante afirmar que a língua, na realidade, representa o principal instrumento de sobrevivência do ser humano. O uso, o exercício da linguagem (sobretudo da escrita nos tempos modernos), constitui a própria materialização da existência do homem.

Por ser instrumento essencial, primordial para o homem, a construção da cultura humana, em todos os sentidos e aspectos (os mais amplos possíveis), só se torna realidade com o trabalho. Só se chega ao conhecimento, permanecendo na memória de todas as gerações, de todas as sociedades graças à ação concretizadora/transformadora da língua, da linguagem escrita e da palavra através dos tempos.

Abstract

It can be affirmed that there are historical reasons for the excessive valorization of the written language. Along the centuries, the power of the word writing becomes a fundamental element for the survival and continuity of the civilization. The language constitutes the main instrument of the human being's survival. The exercise of the language is the own materialization of the man's existence. The construction of the human culture only if it turns reality with the work and it stays in the memory of generations and of societies thanks to the action concrete/transformer of the written language.

Key-words: To can of the written word; Civilization; Work.

Referências

AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer*: palavras e ação. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

- BENNVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral II*. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1989.
- BORDENAVE, Juan E. Diaz. *Além dos meios e mensagens: introdução à comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. Salma Tannus Muchail. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação*. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- PENTEADO, José Roberto Whitaker. *A técnica da comunicação humana*. 7. ed. São Paulo: 1980.
- RICOEUR, Paul. *O conflito das interpretações/ensaios de hermenêutica*. Trad. Hillton Japiassu. Rio de Janeiro: Imago, 1978.
- SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura*. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SCHAFF, Adam. *Introdução à semântica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

